

AJ 23667

Indústria abre 4.380 vagas neste ano

O nível de emprego na indústria do Estado cresceu 1,22% em junho e 4,63% no fechamento do semestre

A indústria do Espírito Santo contratou 4.380 pessoas no primeiro semestre deste ano, de acordo com pesquisa divulgada ontem pelo presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), José Bráulio Bassini.

Ele recebeu a imprensa para um almoço de despedida ontem, em função do fim de seu mandato à frente da Findes. Ele vai continuar exercendo um cargo na diretoria da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e o cargo de presidente da Findes será ocupado, a partir do mês que vem, pelo empresário Fernando Vaz.

De acordo com Bassini, o nível de emprego na indústria capixaba aumentou 1,22% em junho, o maior índice do ano, e 4,63% no semestre, sendo que, de um total de 23 gêneros pesquisados, apenas três — borracha (-1,48%), construção civil (-0,54%) e utilidade pública (-0,35%) — apresentaram queda em junho devido ao término de obras ou redução da produção.

Expandindo-se os dados da amostra pesquisada para o total da indústria estadual, constatou-se incremento de

1.192 postos de trabalho em junho, de 3.018 no trimestre, de 4.380 no semestre e de 4.929 nos últimos 12 meses, disse o presidente da Findes no relatório distribuído para a imprensa.

Os segmentos que mais ampliaram as ofertas de vagas foram: químico (31,28%), em razão da safra alcooleira, mecânico (11,11%), material elétrico e de comunicações (5,90%), indústrias diversas (5,81%), metalúrgico (1,69%) e mobiliário (1,66%), estes devido, principalmente, ao aumento de produção, face ao incremento da demanda.

Ainda de acordo com o relatório da Findes, baseado em pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (Ideies), pequenas, médias e grandes empresas fecharam o mês de junho com saldo positivo no quadro de pessoal: 1,03%, 2,46% e 0,53% de aumento nas contratações, respectivamente.

Com o resultado favorável do mês, o nível de emprego na indústria estadual acumula um crescimento de 5,24% nos últimos 12 meses. As empresas de grande porte são as únicas que registraram queda no acumulado do ano (-1,26%).

EMPREGO (%)

Meses	1998	1999	2000
Jan	-0,74	-1,16	0,88
Fev	-0,20	-1,43	0,61
Mar	-0,42	-1,54	-0,06
Abr	-0,36	-0,55	0,69
Mai	-0,06	0,50	1,20
Jun	0,99	0,54	1,22
Jul	-0,36	0,47	-
Ago	-0,81	0,35	-
Set	-1,88	0,62	-
Out	-1,47	0,44	-
Nov	-2,05	-0,53	-
Dez	-1,39	-0,76	-

Informalidade em alta

RIO — Segue em alta a informalidade no mercado de trabalho brasileiro, estimulada pela baixa nos vínculos trabalhistas. Entre os empregados, a proporção de trabalhadores com carteira assinada caiu de 56,6%, em 1992, para 53,4%, no ano passado.

O surpreendente é que o freio à escalada da informalidade veio do campo. São os setores agrícolas os que estão aumentando os vínculos com seus empregados. A proporção subiu de 24,6% para 29,9%, em sete anos.

Os dados constam da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar), relativa a 1999, divulgada ontem pelo IBGE.

Os setores não-agrícolas, em compensação, têm optado pela não assinatura da carteira de trabalho. A proporção de empregados formalizados caiu de 62,1% para 56,6%, entre 92 e 99.

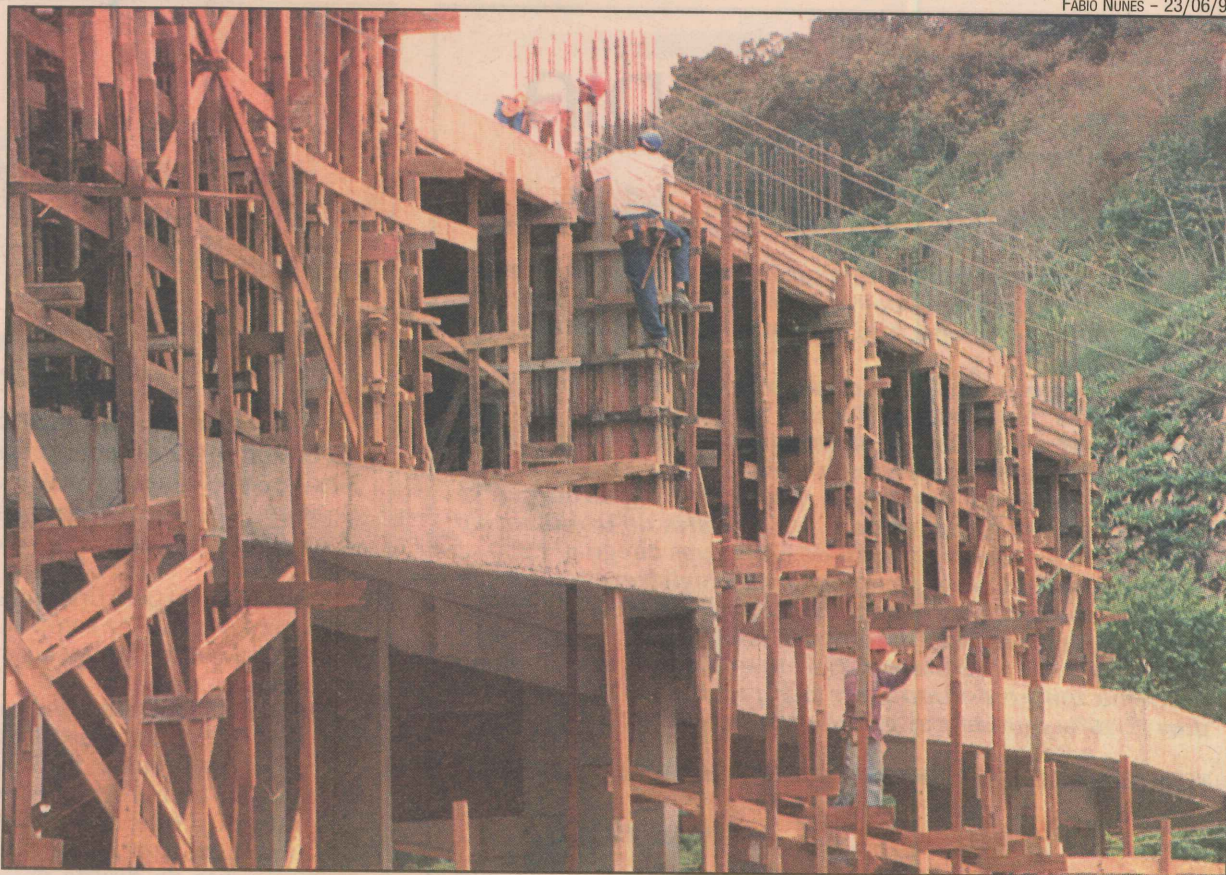
Conclusão: o aumento do nú-

mero de contribuintes do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) teve uma elevação insignificante (0,6%), diz o instituto.

A participação dos contribuintes apresenta significativas diferenças de acordo com a região do País. Enquanto no Nordeste eles não passam de 24,6% da população ocupada, no Sudeste esse percentual era mais que o dobro (55,4%) no ano passado.

A alta da formalização das relações de trabalho no campo se refletiram no número de contribuintes do INSS. A contribuição subiu 14,8%, e a proporção de contribuintes entre os ocupados aumentou de 9,2% para 9,9%.

Novamente, é do campo que veio o maior impacto na alta (3,2%) do índice de sindicalização dos trabalhadores brasileiros, de um ano para outro. Entre os empregados dos setores agrícolas, o aumento foi de 14,4%.



A indústria da construção apresentou queda no nível de emprego, por causa do fim de obras

Pesquisa aponta concentração de renda menor

RIO — A concentração de renda no País manteve sua tendência de queda no ano passado, com uma ligeira redução (1,4%) em relação a 1998. O índice de Gini, que mede a distribuição de renda, caiu de 0,575 para 0,567. Ainda é um valor considerado alto pelos padrões internacionais.

O índice é um padrão internacional e varia de 0 a 1, com o zero indicando uma hipotética perfeita distribuição de renda. Quanto maior o índice, maior a concentração.

O Brasil tem a renda tão concentrada que, na população com mais de 10 anos e ocupada, os 10% mais pobres — cerca de 6 milhões de pessoas — ganham em média R\$ 55 por mês.

Juntos, esses 10% mais pobres recebem apenas 1% da massa salarial do país. Os 50% mais pobres ganham 14,5% do total de salários pagos, apenas um pouco mais que o 1% mais rico, detentor de 12,5% dos salários.

Em compensação, os 10% mais ricos concentram 45,7% da massa salarial do país. São os que ganham a partir de R\$ 1.200, com renda média de R\$ 2.402.

O economista Roberto Cunha, da PUC (Pontifícia Universidade Católica), diz que "o conceito de classe média é difícil de definir".

Ele lembra, no entanto, que o índice de inflação voltado para o custo de vida das famílias menos abastadas considera ganhos familiares de até 8 salários mínimos.

Situação piora para o trabalhador após crise

RIO — O trabalhador brasileiro saiu da crise da desvalorização do real e da estagnação econômica de 1999 com uma perda de 7,1% no seu rendimento, em relação aos ganhos médios do ano anterior, já descontados os efeitos da inflação.

As informações constam da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a mais ampla pesquisa socioeconômica do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada ontem. Os dados são referentes ao ano passado.

A PNAD revelou uma acen-tuação da queda real do rendimento, que já vinha apresentando pequenas baixas de 1996 para 1997 (1,2%) e de 1997 para 1998 (0,8%). Com isso, chegou a 9% as perdas acumuladas nos últimos três anos.

Nos últimos dez anos, só houve duas situações piores, as perdas de 18,2% de 1989 para 1990 e de 12,2% de 1990 para 1992.

De 1995 para cá, a perda na renda foi de 6,4%, provocan-

do um retrocesso na melhoria do rendimento proporcionada pelo Plano Real e pela estabilização da moeda, mas sem eliminá-la por completo.

Em relação a 1993, período anterior ao Plano Real, o rendimento médio do trabalhador ainda está 21% maior. Em números, isso significa que, se há sete anos o rendimento médio era de R\$ 434, no ano passado ele ficou em R\$ 525.

Nos últimos dez anos, o rendimento do trabalhador se comportou como uma montanha-russa. Despencou com a recessão do Plano Collor (1990) e ficou no fundo do poço de 1990 a 1993. Voltou a subir com o Plano Real, em 1995, e entrou numa queda contínua a partir de 1996.

Entre altas e baixas, o salário médio do trabalhador brasileiro de 1999 entra para a década como o mais baixo já visto fora os do período recessivo de 90 a 93. E ainda está 6,2% abaixo do de 1989, segundo o IBGE.